



Perseguição / Situação piorou ↓

Religião

População

Superfície

- Agnósticos : **31.3%**
- Religiões tradicionais chinesas : **29.9%**
- Budistas : **16.0%**
- Cristãos : **9.3%**
- Ateus : **6.9%**
- Religiões tradicionais : **4.3%**
- Muçulmanos : **1.7%**
- Outras : **0.6%**

1.390.266.000

9.600.000 Km²

Disposições legais em relação à liberdade religiosa e aplicação efectiva

De acordo com o artigo 36 da Constituição chinesa, os cidadãos da República Popular da China gozam de liberdade de crença religiosa. Nenhum departamento estatal ou indivíduo pode forçar as pessoas a acreditarem ou não acreditarem numa religião ou discriminar pessoas com base em crenças religiosas. “O Estado protege as atividades religiosas normais” e proíbe o uso da religião em atividades que “perturbem a ordem pública, prejudiquem a saúde dos cidadãos ou interfiram com o sistema educativo estatal.” As organizações e atividades religiosas não devem estar “sujeitas a qualquer domínio estrangeiro”. [1]

Na prática, o artigo 36 da Constituição apenas protege as atividades das cinco tradições religiosas oficialmente reconhecidas – Budismo, Taoísmo, Islamismo, Protestantismo e Catolicismo – e apenas as que são regidas por sete associações “patrióticas” aprovadas pelo Estado. A prática ou expressão religiosa fora do aparelho de controle do Estado é ilegal e, nos últimos 70 anos, tem sido alvo de graus variáveis de punição, repressão e perseguição.

No dia 1º de fevereiro de 2018, entrou em vigor um novo Regulamento dos Assuntos Religiosos, constituído por novas leis sobre prática religiosa que são as mais restritivas nos últimos 13 anos. Este regulamento é uma atualização do Regulamento dos Assuntos Religiosos de 2005 e restringe muitas atividades religiosas a locais registrados. Contudo, a autorização para um local registrado apenas é concedida quando o candidato prova que a sua comunidade religiosa precisa realizar atividades religiosas coletivas regulares. O regulamento introduz novas restrições à expressão religiosa online e ao proselitismo, e contém disposições específicas sobre religião, segurança nacional e contatos com o estrangeiro. [2]

Em um desenvolvimento recente, em 21 de março de 2018, a comunicação social estatal chinesa anunciou que o Departamento de Trabalho Frente Unida, uma agência do Partido Comunista Chinês (PCC), vai passar a supervisionar

os assuntos étnicos e religiosos, em substituição da Administração Estatal dos Assuntos Religiosos. O Departamento de Trabalho Frente Unida vai absorver a Administração Estatal dos Assuntos Religiosos, dando ao Partido Comunista a gestão direta dos assuntos religiosos. [3]

Em abril de 2018, o governo chinês publicou um novo Livro Branco intitulado “Políticas e Práticas da China sobre Proteção da Liberdade de Crença Religiosa”. De acordo com o Livro Branco, será dada “orientação ativa” às organizações religiosas para as ajudar a “adaptarem-se à sociedade socialista” e os estrangeiros apenas podem se envolver em atividades religiosas que sejam “autorizadas”. [4] De acordo com o Livro Branco, a religião deve servir o Partido Comunista.

O artigo 27 da Lei chinesa de Segurança Nacional também se refere à liberdade de religião ou crença. Esta lei tem sido criticada pelo Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos pelo seu “âmbito extraordinariamente amplo” e terminologia vaga, o que, segundo ele, deixa “a porta escancarada para novas restrições aos direitos e liberdades dos cidadãos chineses e para um controle ainda mais apertado da sociedade civil.” [5]

Outros regulamentos que podem causar impacto na liberdade religiosa ou de crença incluem o “Documento 9”, uma nota do Comitê Central do Gabinete Geral do Partido Comunista, de abril de 2013, e uma nova lei sobre organizações não governamentais estrangeiras, adotada em 2016. O “Documento 9” apresenta os valores “ocidentais”, a “democracia constitucional ocidental” e “a ideia de jornalismo no Ocidente” como estando em conflito com os valores do Partido Comunista Chinês, alegando igualmente que as petições e cartas apelando à proteção dos direitos humanos resultam de “forças ocidentais anti-China”. [6]

A nova Lei das ONG's, que entrou em vigor em janeiro de 2017, dá à polícia um poder sem precedentes para restringir o trabalho dos grupos estrangeiros no país e para limitar a capacidade dos grupos locais de receberem financiamento estrangeiro e de trabalharem com organizações estrangeiras. As ONG's estrangeiras são obrigadas a ser apoiadas por uma organização governamental chinesa, têm de estar registradas na polícia e têm de estar sob supervisão do Gabinete de Segurança Pública. A polícia tem novos poderes para convocar arbitrariamente representantes de organizações estrangeiras na China, apreender documentos, examinar contas bancárias e revogar registros. Os estrangeiros ou as organizações estrangeiras que se considere que estão envolvidos em atividades destinadas a “dividir o Estado, prejudicar a unidade nacional ou subverter o poder do Estado” [7] podem ser detidos, impedidos de sair do país ou deportados. [8]

Apesar de continuarem as conversações entre o Vaticano e o Governo da República Popular da China, o estatuto da Igreja Católica na China continua a ser complexo. Oficialmente, a Associação Patriótica Católica Chinesa não está em comunhão com Roma, enquanto a Igreja Católica “clandestina” não registrada continua a ser reconhecida e considerada como estando em comunhão com o Papa. Contudo, esta situação é bastante mais complicada, pois alguns bispos e membros do clero reconhecidos pelo Estado são também reconhecidos pelo Vaticano e em muitas partes da China os leigos católicos participam na Missa na igreja oficial e também nas igrejas católicas clandestinas.

Em abril de 2016, o presidente da China, Xi Jinping, falou com altos funcionários do Partido Comunista num encontro sobre religião e disse que “os grupos religiosos ... devem aderir à liderança do Partido Comunista”. Os membros do partido devem ser “ateus marxistas inabaláveis” que “protegem resolutamente contra infiltrações estrangeiras através de meios religiosos”. [9] Estas afirmações seguiram-se a um discurso do diretor da Administração Estatal dos Assuntos Religiosos, que disse num encontro sobre a sinicização [processo de assimilação da cultura chinesa] do Cristianismo que “a teologia cristã chinesa deve ser compatível com o caminho do socialismo do país”. [10] O quadro legislativo que o seu governo introduziu foi claramente concebido para alcançar este objetivo.

| Incidentes

A repressão da atividade religiosa intensificou-se nos últimos cinco anos em todo o país. Entre 2014 e 2016, as autoridades na província de Zhejiang retiraram à força milhares de cruzeiros de igrejas e destruíram partes ou a totalidade

de alguns edifícios pertencentes a igrejas. As estimativas mais conservadoras alegam que foram afetadas entre 1.500 e 1.700 igrejas, e algumas estimativas consideram que estes números chegaram aos 2.000.^[11]

Um número cada vez maior de clérigos cristãos foi detido e condenado a penas de prisão. A Igreja Pedra Viva, na província de Guizhou, tem sido particularmente afetada desde 2015.^[12] Yang Hua, um dos pastores desta igreja, foi alvo de detenção criminal em dezembro de 2015 com a acusação de posse ilegal de segredos de Estado. Foi formalmente detido em 22 de janeiro de 2016 e, um ano mais tarde, foi condenado a dois anos e meio de prisão. Acredita-se que lhe foi negado tratamento médico e, em março de 2017, os seus advogados reportaram, após uma visita à prisão, que o Pastor Yang Hua estava “quase paraplégico”.^[13] O seu colega, o Pastor Su Tianfu, foi condenado a um ano de prisão em maio de 2018, suspenso por dois anos, com mais seis meses de vigilância residencial. Ambos foram também multados em um milhão de dólares por recolherem donativos “ilegais” da sua congregação.

Na província de Sichuan, mais de 200 membros da Igreja Primeira Chuva em Chengdu foram detidos pelas autoridades em maio de 2018, para os impedir de realizarem uma vigília de oração pelas vítimas do terremoto de 2008 de Sichuan (Wenchuan). O Pastor Wang Yi foi detido pela polícia em 11 de maio de 2018 e acusado de “promover discussões e causar problemas”.^[14]

Em abril de 2018, as autoridades da província de Henan demoliram cruzeiros e igrejas, destruíram materiais religiosos e proibiram as crianças abaixo dos 18 anos de idade de frequentarem igrejas protestantes e católicas. No dia 17 de abril de 2018, uma igreja católica em Luoyang foi demolida, juntamente com a residência do sacerdote. A lápide do Bispo Li Hongye, que tinha sido nomeado pelo Vaticano e não chegou a ser reconhecido pelo governo, foi destruída e dois sacerdotes da mesma diocese foram afastados da sua paróquia. No dia 4 de abril, a Comissão de Moradores de Pingyuan emitiu uma nota ordenando os cristãos, budistas, taoístas e muçulmanos a registrar-se junto do governo. As igrejas receberam ordens para colocarem a bandeira chinesa na igreja e cantarem o hino nacional.^[15]

Em abril de 2018, foi proibida a venda online da Bíblia na China^[16] e as duas entidades oficiais protestantes controladas pelo Estado anunciaram que iam passar a produzir uma nova versão “secularizada” da Bíblia, compatível com a sinicização e o socialismo.^[17]

Em março de 2018, durante a Semana Santa, o bispo católico clandestino Vincent Guo Xijing foi detido por um breve momento na província de Fujian. Nos últimos anos, diversos membros do clero católico clandestino têm sido regularmente detidos, incluindo o Bispo Peter Shao Zhumin em Wenzhou, na província de Zhejiang, que foi detido pela polícia em^[18] de maio de 2017 e libertado em janeiro de 2018; o Padre Yang Jianwei, na província de Hebei, que está desaparecido desde abril de 2017; e o Bispo James Su Zhimin, detido em 8 de outubro de 1997 em Hebei.

Na província de Yunnan, seis membros de um grupo religioso não registrado foram encarcerados em 18 de janeiro de 2018 com uma pena de até 13 anos por usarem “um culto malévolos para organizar e minar a aplicação da lei”.^[19] Na província de Shanxi, no início de janeiro, as autoridades chinesas demoliram a Igreja do Candelabro de Ouro (Jindengtai) com dinamite. Esta igreja tinha 50.000 membros.^[20]

Em dezembro de 2017, uma igreja católica com 25 anos de existência na província de Shaanxi foi demolida, apesar de ter as autorizações necessárias do Gabinete de Assuntos Religiosos.^[21] Este acontecimento segue-se a relatos do final de 2017 em que se refere que, em algumas partes do país, houve cristãos a quem foi oferecido dinheiro para destruírem imagens de Jesus Cristo e cruzeiros e substituí-las por retratos do Presidente Xi Jinping.^[22]

As violações da liberdade religiosa ou de crença estão também afetando cada vez mais os muçulmanos – sobretudo entre a população uigure na província de Xinjiang -, os budistas entre a comunidade tibetana e o movimento espiritual Falun Gong.

Em janeiro de 2018, foi reportado que mais de 100.000 muçulmanos uigures estavam detidos em campos de “reeducação” na província de Xinjiang.^[23] Nos últimos anos, as autoridades chinesas têm proibido os muçulmanos uigures de observarem o Ramadã e alega-se inclusive que colocaram responsáveis do Partido Comunista vivendo em

casas uigures para os impedirem de jejuar e rezar. Novas normas proibem o uso de véu no rosto e o uso de barba, as autoridades proibiram os pais de darem nomes islâmicos aos seus filhos, e os passaportes e livros do Corão dos muçulmanos uigures foram confiscados. [24] Em 2014, Ilham Tohti, um reconhecido acadêmico uigur que tem sido uma voz moderada a favor da liberdade religiosa ou de crença para o seu povo e defende o diálogo pacífico, recebeu uma pena de prisão perpétua. Foi acusado de apoiar o separatismo, apesar de repetidamente ter rejeitado o separatismo e defendido o diálogo.

Para os budistas tibetanos, a repressão continua, com a expulsão de budistas das suas instituições e a demolição de alguns institutos budistas em nome de uma campanha de “renovação”. Em 2016, centenas de casas no Instituto Budista Larung Gar em Sertar, província de Sichuan – um dos maiores centros educativos budistas do mundo – foram demolidas, [25] e até 1.000 monjas budistas foram forçadas a abandonar outro centro budista, Yachen (Yarchen) Gar, e a regressar às suas aldeias de origem. [26]

O Falun Gong, descrito como “uma antiga prática da Escola de Buda”, continua enfrentando graves perseguições desde 1999, após uma ordem do então presidente chinês Jiang Zemin para erradicar a prática, declarando, segundo relatos de um órgão de notícias do Falun Gong (The Epoch Times), o objetivo de: “Destruir as suas reputações, estrangulá-los financeiramente e erradicá-los fisicamente”. [27] Em 2016, um novo grande relatório, “Bloody Harvest/The Slaughter: An Update”, escrito por um antigo deputado canadense, David Kilgour, pelo advogado de direitos humanos David Matas e pelo jornalista Ethan Gutmann alegaram que a prática da remoção involuntária dos órgãos internos dos prisioneiros – que são depois vendidos para transplante – continuava ocorrendo numa escala muito maior do que se pensava. Acredita-se que os praticantes do Falun Gong estão entre as principais vítimas desta prática. [28]

Além das detenções, encarceramento e assédio aos seguidores religiosos na China, os últimos anos também testemunharam uma repressão sem precedentes aos advogados de direitos humanos e aos defensores dos direitos humanos, muitos dos quais aceitaram defender casos de liberdade religiosa. Em julho de 2015, mais de 300 advogados e ativistas de direitos humanos, bem como os seus colegas e familiares, foram detidos, interrogados e, em alguns casos, encarcerados ou desaparecidos. [29] Wang Quanzhang está incontactável desde julho de 2015. [30]

HONG KONG

Quando o Reino Unido transferiu a soberania de Hong Kong para a China em 1997, o território foi estabelecido como Região Autônoma Especial da China, com um elevado grau de autonomia, liberdades básicas e direitos humanos, e o estado de direito baseado no princípio de “um país, dois sistemas”. A Declaração Conjunta Sino Britânica sobre a Questão de Hong Kong, que é um tratado legal apresentado nas Nações Unidas, reconhece a total soberania da China sobre o território, mas concede ao Reino Unido a responsabilidade continuada de monitorar e garantir a proteção do modo de vida de Hong Kong durante os primeiros 50 anos após a transferência, ou seja, até 2047.

Nos primeiros 15 anos de domínio chinês, o princípio de “um país, dois sistemas” foi em geral respeitado e implementado. Contudo, nos últimos anos, muitas das liberdades civis e políticas em Hong Kong têm-se tornado cada vez mais ameaçadas. As violações destas liberdades incluem o sequestro de autores que publicaram livros críticos ao governo chinês; a desqualificação de legisladores pró-democracia; a prisão de ativistas pró-democracia envolvidos na organização de manifestações pacíficas; o aumento de restrições à liberdade de imprensa e à liberdade académica; a apresentação da lei da China continental na estação ferroviária de West Kowloon para os passageiros que viajam para o continente no trem de alta velocidade; a recusa de entrada em Hong Kong do ativista britânico de direitos humanos Benedict Rogers em 2017; e a expulsão de Hong Kong do editor de notícias da Ásia do Financial Times, Victor Mallet, em 2018. Contudo, até agora a liberdade religiosa ou de crença em Hong Kong é uma das poucas liberdades que em geral continua a ser protegida.

A Lei Fundamental de Hong Kong, que é a mini-Constituição do território, garante a liberdade de consciência, liberdade de crença religiosa e liberdade para pregar, realizar e participar em atividades religiosas em público, concedendo às autoridades de Hong Kong autonomia nos assuntos religiosos. A Declaração de Direitos incorpora as proteções da

liberdade religiosa provenientes do Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (PIDCP).^[31] Os locais de culto funcionam livremente e os grupos religiosos estão isentos do requisito legal de se registrarem, ao contrário do que acontece com as organizações não-governamentais. As escolas privadas podem disponibilizar educação religiosa e as escolas públicas, apesar de seguirem o currículo estatal, podem disponibilizar aos alunos educação religiosa não obrigatória. A Diocese Católica de Hong Kong, o Conselho Cristão de Hong Kong, a Associação Cultural e Fraternal Muçulmana Chinesa, a Associação Taoísta de Hong Kong, a Academia de Confúcio, e a Associação Budista de Hong Kong estão representadas no Comitê Eleitoral de 1.200 membros que elege o chefe do executivo de Hong Kong.

Tem havido alguma intimidação a praticantes do Falun Gong por parte de grupos que se acredita estarem associados ao Partido Comunista Chinês, embora os praticantes do Falun Gong consigam em geral praticar as suas crenças em Hong Kong, apesar de estarem proibidos de o fazer na China continental. Há também preocupações de que os novos regulamentos sobre a prática religiosa no continente restrinjam as atividades dos grupos religiosos sediados em Hong Kong, mas que trabalham na China continental.

A longo prazo, contudo, há preocupações com o impacto na liberdade religiosa das atividades políticas de alguns líderes pró-democracia de Hong Kong que são cristãos, e com a relutância de algumas igrejas em Hong Kong em associarem-se a ativistas pró-democracia entre a sua comunidade. Apesar disso, até agora não tem havido um impacto visível na liberdade religiosa ou de crença. E se outros direitos civis e políticos continuam a ser degradados e restritos, as ameaças à liberdade religiosa ou de crença podem aumentar. Derek Lam, ativista pró-democracia que é cristão e declarou o seu desejo de se tornar pastor, lançou avisos sobre os perigos futuros. Ao escrever no New York Times em agosto de 2017, no que vê como um sinal negativo do que está para vir, argumentou que “cada vez mais, também não conseguimos expressar a nossa fé livremente. Este ano em particular testemunhamos uma erosão sem precedentes da liberdade religiosa em Hong Kong, sobretudo dos cristãos.”^[32] Lam alega: “Cada verão, os cristãos de Hong Kong organizam campos de jovens nos quais milhares de adolescentes se reúnem para se divertir, dançar ao som do rock cristão e aprender os valores cristãos. Durante a última noite de um destes acampamentos de verão, os responsáveis do acampamento disseram aos participantes que ‘Deus irá tornar a China próspera’ e que o projeto de infraestruturas de Xi Jinping conhecido como Iniciativa ‘One Belt, One Road’ era ‘o caminho que Deus preparou’. Os organizadores do encontro tiveram também a audácia de alegar que a Iniciativa ‘One Belt, One Road’ irá ajudar a disseminar o Evangelho. Esta associação perversa do Cristianismo é coerente com o que eu próprio testemunhei. Em 2011, quando tinha 17 anos de idade, passei o ano me dedicando a fundar e organizar uma associação de estudantes chamada Scholarism, em conjunto com Joshua Wong, que agora é o ativista político mais conhecido de Hong Kong. Nesse ano, o nosso governo tinha anunciado um plano para rever o programa de ensino do que se transformou num curso obrigatório de lavagem cerebral nacionalista. A associação Scholarism ajudou a mobilizar protestos e o programa “patriótico” foi eliminado. Nesse verão, participei de um dos maiores acampamentos juvenis cristãos da cidade. Estava ansioso por partilhar as minhas perspectivas democráticas com os meus colegas de acampamento, mas em vez disso vi jovens sendo incentivados a declararem-se orgulhosamente chineses, acenando com a bandeira do Partido Comunista Chinês, cantando o hino nacional e elogiando a ‘pátria’.”

Derek Lam mencionou que o novo bispo católico de Hong Kong, Michael Yeung Ming-Cheung, tem mostrado relutância em falar abertamente contra a destruição de igrejas na China continental: “Durante uma conferência de imprensa no dia de 1º de agosto, o seu primeiro dia como bispo, ele destacou várias vezes a importância que dá ao pragmatismo, dizendo: ‘Não devemos correr em direção a uma parede se já sabemos que a parede é sólida.’ E, em vez de expressar a sua preocupação com os membros das igrejas demolidas na província de Zhejiang, seguiu a linha do partido e alegou que as igrejas foram demolidas por causa de ‘preocupações com a segurança da estrutura’.”

Lam concluiu: “Embora não haja nada que eu mais gostasse do que tornar-me pastor e pregar o Evangelho em Hong Kong, nunca vou fazê-lo se isso significar tornar Jesus subserviente a Xi Jinping. Pelo contrário, vou continuar lutando pela liberdade religiosa em Hong Kong, mesmo que tenha de fazê-lo atrás das grades. O que vos peço é que guardem Hong Kong nas vossas orações enquanto procuramos encontrar luz entre o mar de escuridão que desce sobre nós.”

Perspectivas para a liberdade religiosa

O Presidente Xi Jinping desencadeou a mais grave repressão dos direitos humanos na China desde, diriam muitos, o massacre de Tiananmen de 1989. De maneira geral, a liberdade de expressão e o espaço para a sociedade civil e para a dissidência são gravemente restringidos, enquanto a repressão está aumentando em Xinjiang, no Tibete e em Hong Kong. As violações à liberdade religiosa ou de crença devem ser vistas neste contexto. Com a introdução de novas normas ainda mais restritivas da prática religiosa, a destruição de igrejas e cruzeiros, a grave e brutal repressão dos muçulmanos uigures e os próprios comentários de Xi Jinping sobre o papel da religião, as perspectivas de melhoria da liberdade religiosa ou de crença na China sob o atual governo são extremamente baixas. Prevê-se que a repressão se mantenha e que se intensifique ainda mais.

Notas

[1] China (People's Republic of)'s Constitution of 1982 with Amendments through 2004, [constituteproject.org](https://www.constituteproject.org/constitution/China_2004.pdf?lang=en), https://www.constituteproject.org/constitution/China_2004.pdf?lang=en (acesso em 7 de junho de 2018).

[2] "China revises regulation on religious affairs," Conselho de Estado da República Popular da China, 7 de setembro de 2017, http://english.gov.cn/policies/latest_releases/2017/09/07/content_281475842719170.htm (acesso em 7 de junho de 2018).

[3] "Communist Party takes control of religious affairs," Christian Solidarity Worldwide, 22 de março de 2018, <https://www.csw.org.uk/2018/03/22/news/3886/article.htm> (acesso em 7 de junho de 2018).

[4] "Full Text: China's Policies and Practices on Protecting Freedom of Religious Belief," Gabinete de Informação do Conselho de Estado, República Popular da China, 4 de abril de 2018, http://english.scio.gov.cn/2018-04/04/content_50811898.htm (acesso em 7 de junho de 2018).

[5] "UN human rights chief says China's new security law is too broad, too vague," Gabinete do Comissário de Direitos Humanos das Nações Unidas, 7 de julho de 2015, <http://www.ohchr.org/EN/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=16210&LangID=E> (acesso em 7 de junho de 2018).

[6] Sophie Beach, "ChinaFile Translation of the CCP's Document 9", China Digital Times, 10 de novembro de 2013, <https://chinadigitaltimes.net/2013/11/chinafile-translation-ccps-document-9/> (acesso em 7 de junho de 2018).

[7] "China: New Law Escalates Repression of Groups", Human Rights Watch, 28 de abril de 2016, <https://www.hrw.org/news/2016/04/28/china-new-law-escalates-repression-groups> (acesso em 7 de junho de 2018).

[8] "Fact Sheet on China's NGO Law," ChinaFile, 1º de novembro de 2017, <http://www.chinafile.com/ngo/latest/fact-sheet-chinas-foreign-ngo-law> (acesso em 7 de junho de 2018).

[9] "Religious groups 'must adhere to the leadership of the Communist Party' – Pres. Xi Jinping," Hong Kong Free Press, 24 de Abril de 2016, <https://www.hongkongfp.com/2016/04/24/religious-groups-must-adhere-to-the-leadership-of-the-communist-party-pres-xi-jinping/> (acesso em 7 de junho de 2018).

[10] Wang Hongyi, "China plans establishment of Christian theology," China Daily, 7 de agosto de 2014, http://www.chinadaily.com.cn/china/2014-08/07/content_18262848.htm (acesso em 7 de junho de 2018).

[11] "Zhejiang church demolitions: Timeline of events", Christian Solidarity Worldwide, www.csw.org.uk/zhejiangtimeline

(acesso em 7 de junho de 2018).

[12] “China Living Stone Church pastor needs medical care”, Christian Solidarity Worldwide, 27 de Março de 2017, <https://www.csw.org.uk/2017/03/27/press/3496/article.htm> (acesso em 7 de junho de 2018).

[13] Ibid.

[14] “China: Pressure on Independent Churches Increases as Pastors are Detained and Sentenced,” Christian Solidarity Worldwide, 14 de maio de 2018, <https://www.csw.org.uk/2018/05/14/press/3970/article.htm> (acesso em 7 de junho de 2018).

[15] “China churches under pressure in Henan,” Christian Solidarity Worldwide, 23 de Abril de 2018, <https://www.csw.org.uk/2018/04/23/press/3926/article.htm> (acesso em 7 de junho de 2018).

[16] James Griffiths, “Bibles pulled from online stores as China increases control of religion,” CNN, 5 de abril de 2018, <https://edition.cnn.com/2018/04/05/asia/china-bible-online-christianity-intl/index.html> (acesso em 7 de junho de 2018).

[17] “Chinese state Protestants plan ‘socialist’ Christianity,” UCANews, 16 de abril de 2018, <https://www.ucanews.com/news/chinese-state-protestants-plan-socialist-christianity/82071> (acesso em 7 de junho de 2018).

[18] “Chinese officials again detain underground bishop during Holy Week,” Catholic News Agency, 27 de março de 2018, <https://www.catholicnewsagency.com/news/chinese-officials-again-detain-underground-bishop-during-holy-week-32841> (acesso em 7 de junho de 2018).

[19] “China Crackdown on unregistered churches,” Christian Solidarity Worldwide, 22 de Janeiro de 2018, <https://www.csw.org.uk/2018/01/22/press/3823/article.htm> (acesso em 7 de junho de 2018).

[20] Ibid.

[21] “Catholic Church in Xi’an diocese forcibly demolished,” AsiaNews, 28 de dezembro de 2017, <http://www.asianews.it/news-en/Catholic-church-in-Xi%E2%80%99an-diocese-forcibly-demolished-42693.html> (acesso em 7 de junho de 2018).

[22] “Chinese officials pay poor Christians to swap crosses for portraits of Xi,” Crux, 16 de novembro de 2017, <https://cruxnow.com/global-church/2017/11/16/chinese-officials-pay-poor-swap-religious-images-portraits-xi-jinping/> (acesso em 7 de junho de 2018).

[23] “Thousands of Uighur Muslims detained in Chinese ‘re-education’ camps”, Daily Telegraph, 26 de Janeiro de 2018, <https://www.telegraph.co.uk/news/2018/01/26/thousand-uighur-muslims-detained-chinese-re-education-camps/> (acesso em 7 de junho de 2018).

[24] “China: USCIRF Condemns Ramadan Restrictions in Xinjiang Uighur Autonomous Region,” Comissão Americana da Liberdade Religiosa Internacional, 5 de julho de 2017, <http://www.uscirf.gov/news-room/press-releases/china-uscirf-condemns-ramadan-restrictions-in-xinjiang-uighur-autonomous> (acesso em 7 de junho de 2018).

[25] “Larung Gar Buddhist Institute”, BBC News, 22 de julho de 2016, <https://www.bbc.com/news/world-asia-china-36863888> (acesso em 7 de junho de 2018).

[26] Jane Cook, “U.N. rapporteurs question China on Larung Gar and Yarchen Gar in Tibet”, Tibet Post International, 26 de Fevereiro de 2018, <http://www.thetibetpost.com/en/news/international/5420-un-rapporteurs-question-china-on-larung-gar-and-yarchen-gar-in-tibet> (acesso em 7 de junho de 2018);
Edward Wong, “U.N. Human Rights Experts Unite to Condemn China Over Expulsions of Tibetans”, New York Times, 27 de fevereiro de 2017, <https://www.nytimes.com/2017/02/27/world/asia/china-tibet-buddhists-larung-gar.html> (acesso em 7

de junho de 2018).

[27] “Anything for Power: The Real Story of China's Jiang Zemin – Chapter 16”, The Epoch Times, 18 de outubro de 2014, https://www.theepochtimes.com/anything-for-power-the-real-story-of-chinas-jiang-zemin-chapter-16_1026925.html (acesso em 7 de junho de 2018).

[28] Bloody Harvest/The Slaughter: An Update, Coligação Internacional para Pôr Fim ao Abuso de Transplantes na China (ETAC), <https://endtransplantabuse.org/an-update/> (acesso em 7 de junho de 2018).

[29] “China: On ‘709’ Anniversary, Legal Crackdown Continues”, Human Rights Watch, 7 de julho de 2017, <https://www.hrw.org/news/2017/07/07/china-709-anniversary-legal-crackdown-continues> (acesso em 7 de junho de 2018).

[30] “It’s been 1,000 days: wife of jailed Chinese lawyer on march for answers”, The Guardian, 6 de abril de 2018, <https://www.theguardian.com/world/2018/apr/06/its-been-1000-days-wife-of-jailed-chinese-lawyer-on-march-for-answers> (acesso em 7 de junho de 2018).

[31] Gabinete de Democracia, Direitos Humanos e Trabalho, 2017 Report on International Religious Freedom – China, Departamento de Estado Norte-Americano, <https://www.state.gov/j/drl/rls/irf/2017/eap/280818.htm> (acesso em 15 de outubro de 2018).

[32] Derek Lam, “I Won’t Make Jesus Bow Down to Xi Jinping,” New York Times, 23 de agosto de 2017: <https://www.nytimes.com/2017/08/23/opinion/derek-lam-xi-jinping-jesus.html> (acesso em 15 de outubro de 2018).